

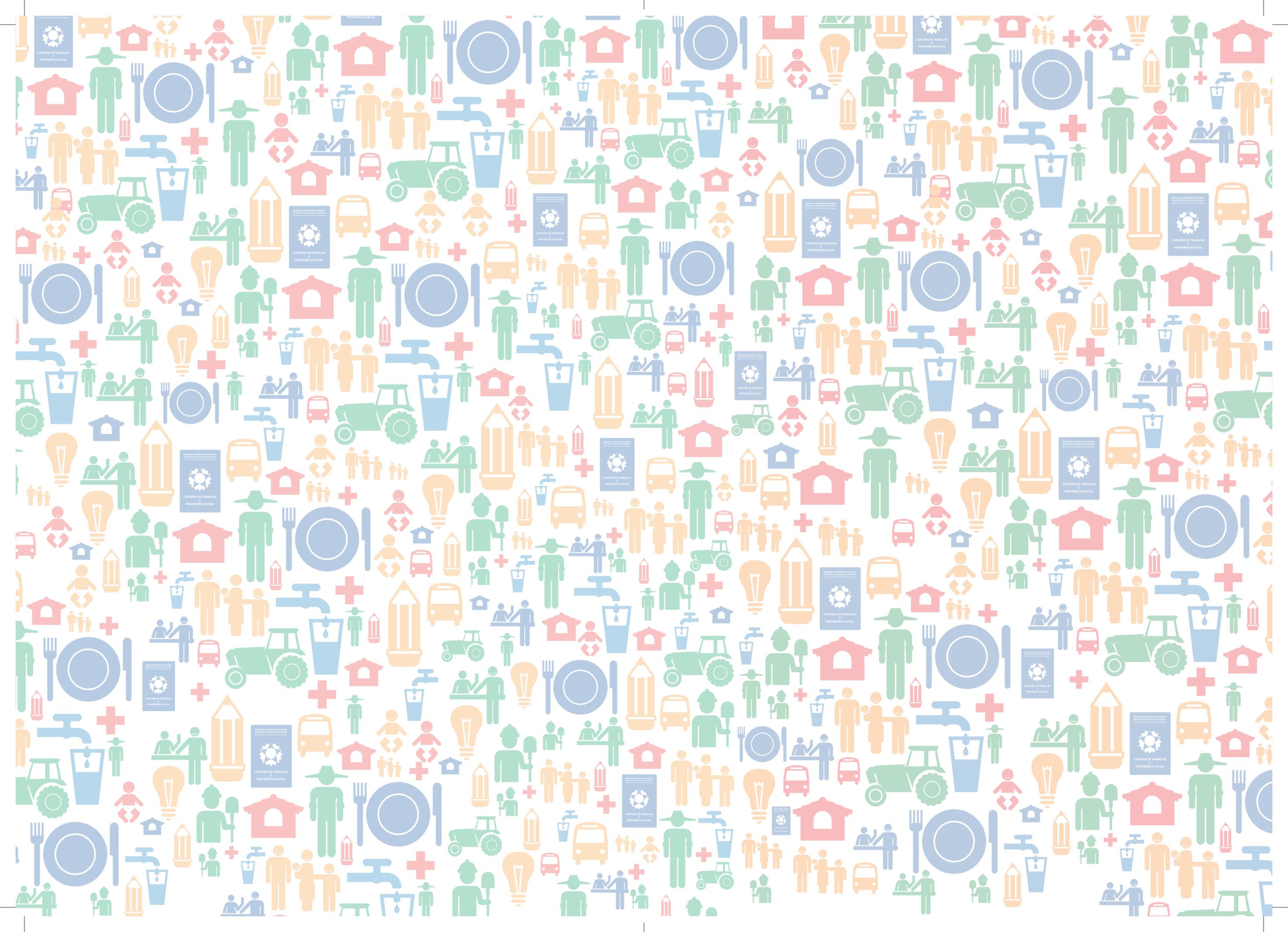
O FIM
DA
MISÉRIA
É SÓ UM
COMEÇO.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PLANO
BRASILSEMISÉRIA

2 ANOS DE RESULTADOS



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-presidente da República
Michel Temer

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Secretário Executivo
Marcelo Cardona

**Secretário Extraordinário para Superação da
Extrema Pobreza**
Tiago Falcão

Secretário Nacional de Renda de Cidadania
Luis Henrique da Silva Paiva

Secretária Nacional de Assistência Social
Denise Colín

**Secretário Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional**
Arnoldo Campos

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Paulo Jannuzzi

Ministérios Parceiros

Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, do Meio ambiente, de Minas e Energia, da Pesca e Aquicultura, do Planejamento, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Direitos Humanos, de Igualdade Racial, de Relações Institucionais

Coordenadora de Comunicação Social
Adriana Miranda Moraes

Coordenadora de Imprensa
Anelise Borges

Coordenador de Publicidade
José Flávio Fernandino Maciel

Editores
José Rezende Jr. e Patricia Vieira da Costa

Consultores Técnicos
Janine Mello, Marcelo Cabral, Ysrael Oliveira,
Bruno Teixeira, Rafael d'Aquino, Valeria Fazzura

Textos
Dijanira Goulart, Valéria Feitoza, Ana Paula Siqueira,
Clarita Rickli, Roseli Garcia, Cristiane Hidaka,
Marcio Gomes

Fotógrafos
Ana Nascimento, Tamires Kopp e Ubirajara Machado

Infografias
Gustavo Torquato

Projeto Gráfico
Njobs Comunicação

Revisão
Njobs Comunicação

Tiragem 20 mil exemplares. Impresso no Brasil

Sumário

Plano Brasil Sem Miséria

Um outro Brasil é possível
Patricia Vieira da Costa

4



Pronatec BSM

Prontos para o mercado de trabalho

6



Microempreendedorismo Individual

Formalizar é um bom negócio

9



Primeira Infância

Bem alimentadas,
saúdáveis e estimuladas

12



Educação Integral

Mais tempo para aprender

14



Transferência de Renda

Filhos do Bolsa Família

16



Entrevista

É possível crescer incluindo
Tiago Falcão

20



Acesso a Serviços Públicos

O desafio da busca ativa

23



Bolsa Verde

Geração de renda e conservação
do meio ambiente

27



Água para Todos

Plantar, colher, viver

28



Inclusão Produtiva Rural

Semeando um país mais rico

30



Artigo

Jim Yong Kim, presidente
do Banco Mundial:
As lições do Brasil

32





Um outro Brasil é possível

Com o Plano Brasil Sem Miséria, o Governo Federal reforça o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. E ousa ir além, colocando ao Estado e a toda a sociedade o desafio de superar a extrema pobreza.

Com o Plano Brasil Sem Miséria, o Governo Federal reforça o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. E ousa ir além, colocando ao Estado e a toda a sociedade o desafio de superar a extrema pobreza.

22 milhões
de brasileiros saíram
da extrema pobreza
em 2 anos

Em março de 2013, os últimos brasileiros do Bolsa Família que ainda viviam na miséria transpuseram a linha da extrema pobreza. Com eles, já são 22 milhões de pessoas que superaram essa condição desde o lançamento do Plano. É um fato histórico, que ultrapassou prazos e metas, mas ao mesmo tempo é só um começo, porque o Brasil Sem Miséria vem fazendo muito mais: ampliação do acesso à creche e à escola em tempo integral, reforço na atenção básica à saúde, qualificação profissional, microcrédito, acesso à água, à energia elétrica, à assistência técnica e extensão rural, entre outras ações.

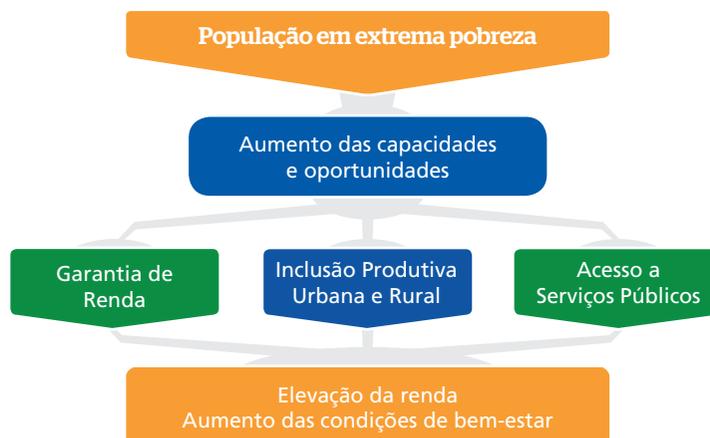
Iniciativas anteriores que vinham apresentando resultados expressivos no combate à pobreza, nas diversas formas em que ela se manifesta, foram incorporadas ao Brasil Sem Miséria, como o Bolsa Família, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e os serviços socioassistenciais.

Mas a estratégia não se limitou a colocar todas sob um mesmo guarda-chuva. Elas foram ampliadas, revigoradas, articuladas e integradas sob a ótica da superação da extrema pobreza. Há também iniciativas que foram desenhadas para o Plano, como Brasil Carinhoso, Bolsa Verde e Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Superar a extrema pobreza requer a ação intersetorial do Estado. Por isso, o Brasil Sem Miséria, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolve ao todo 22 ministérios, além de en-

A articulação federativa é uma característica fundamental do Brasil Sem Miséria. Todos os estados aderiram e muitos lançaram seus próprios planos, adaptados às realidades

Plano Brasil Sem Miséria



regionais, num movimento de federalismo social sem precedentes. E a atuação dos municípios tem sido decisiva – afinal, são eles que têm o contato mais próximo com o público-alvo, para fazer com que as iniciativas cheguem a quem mais precisa.

O Brasil Sem Miséria dá atenção especial a crianças, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios, povos e comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade social.

A sociedade civil vem sendo convidada a participar de rodadas periódicas de diálogo sobre o Plano, trazendo contribuições importantes.

O engajamento de todos permite ao Brasil Sem Miséria conquistas que estão mudando o País, como mostram os textos desta publicação. Mas ainda há três grandes desafios.

O primeiro deles é o da busca ativa, para que nenhuma família com perfil fique de fora do Cadastro Único e das oportunidades que ele proporciona. O segundo

é o de aperfeiçoar ainda mais as estratégias de inclusão produtiva vitoriosas, como o Pronatec. E o terceiro é o de ofertar serviços de qualidade concebidos de forma a não afastar o público mais pobre, mas acolhê-lo e incluí-lo.

Superando juntos esses desafios, seguiremos mostrando que é possível construir um Brasil mais justo, um país sem pobreza. 🇧🇷

Patricia Vieira da Costa
Diretora de Relações Institucionais
da Secretaria Extraordinária para
Superação da Extrema Pobreza

Superando a miséria

Em 2011 havia 36 milhões de beneficiários do Bolsa Família que estariam na miséria caso sobrevivessem apenas com sua renda familiar. Graças ao Programa, 14 milhões escapavam dessa condição. Mas ainda restavam 22 milhões que continuavam na extrema pobreza, mesmo com Bolsa Família.

Medidas do Brasil Sem Miséria, em 2011 – incluindo reajuste dos valores pagos pelo Bolsa Família, aumento da quantidade de benefícios para crianças e adolescentes e início do pagamento de adicionais para gestantes e bebês em fase de amamentação – diminuíram esse total para 19 milhões.

Mas o maior impacto foi o do Brasil Carinhoso, que em 2012 modificou a lógica de funcionamento do

Bolsa Família com a introdução de um novo benefício, variável de acordo com a severidade da pobreza. Quanto menor a renda *per capita* da família, maior o valor pago, garantindo que cada beneficiário supere o patamar de R\$ 70 mensais. Destinado às famílias com pelo menos um filho de até 15 anos, o Brasil Carinhoso retirou mais 16,4 milhões de pessoas da miséria.

Em março de 2013, esse novo benefício foi estendido a todas as famílias do Programa que ainda estavam na extrema pobreza. Com isso, mais 2,5 milhões de pessoas superaram a miséria, totalizando 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família que saíram da extrema pobreza, do ponto de vista da renda, desde o começo do Brasil Sem Miséria.



Carlos José de Souza, formado pelo Pronatec BSM, ajudou a construir o Estádio Nacional de Brasília

Prontos para o **mercado de trabalho**

Qualificação profissional muda a vida de brasileiros e brasileiras de baixa renda

506 mil
matriculas até
junho de 2013

66%
dos alunos são
mulheres

48%
dos matriculados têm
entre 18 e 29 anos

Em menos de dois anos, mais de 500 mil brasileiros deram um passo decisivo rumo a um futuro melhor, matriculando-se num dos cursos gratuitos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec BSM). É a resposta da população mais pobre à oportunidade que lhe é oferecida: qualificação profissional em larga escala e de alto nível, voltada a pessoas com mais de 16 anos inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

Parceria entre o Ministério da Educação (MEC), que coordena o Programa e paga pela qualificação dos alunos, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Pronatec BSM tem cursos ministrados por escolas do nível de Senai, Senac e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, reconhecidos por empresários e trabalhadores como instituições de ponta em qualificação profissional.

Construindo história

Aos 44 anos, o brasileiro Carlos José de Sousa fez o curso de eletricista industrial do Pronatec (BSM). Antes, sem qualificação profissional, não encontrava emprego. Dependia da mãe, Raimunda de Sousa, beneficiária do Bolsa Família.

Mas Carlos nunca entregou os pontos. Soube do Pronatec BSM

por colegas da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não perdeu a chance.

Qualificado como eletricista industrial, teve a honra de trabalhar na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, uma das arenas da Copa de 2014. Sem querer, seguiu os passos do pai,

José Estevam de Sousa, que no final dos anos 1950 veio do Ceará para ajudar a erguer a capital federal. Agora, é a vez do filho.

“Tive a oportunidade de construir a história de Brasília, e isso me deixa muito feliz”, orgulha-se Carlos, pronto para seguir em frente e construir outras histórias.

O lugar da mulher

Beneficiária do Bolsa Família, mãe de quatro filhos, a gaúcha Joana Darque Lopes dos Santos, 38 anos, acredita que lugar de mulher é onde ela queira e possa trabalhar com dignidade. E foi buscar a independência trabalhando na constru-

ção civil, território até pouco tempo considerado exclusivo dos homens.

Joana descobriu o Pronatec BSM, formou-se e hoje faz serviços de pedreiro e azulejista, como autônoma, em Balneário Pinhal (RS).

“O Pronatec me ajudou a ter uma profissão. Se hoje eu precisar construir uma casa sozinha, já tenho conhecimento. Além disso, ganho meu próprio dinheiro”, comemora.

É só o começo

O cearense Francisco Wellington Rodrigues, 26 anos, escolheu o curso de soldador. Morador da cidade de São Gonçalo do Amarante (Ceará) e beneficiário do Bolsa Família, Francisco recebeu informações sobre o Pronatec BSM numa ida ao Centro de

Referência de Assistência Social (Cras). Estudou, gostou do que aprendeu e estimulou a mulher, Francisca Mônica Pereira, a buscar o mesmo curso.

Francisco participa de um processo seletivo para trabalhar no

Complexo Industrial e Portuário do Pecém. E avisa que é só o começo: “Quero aprender cada vez mais, fazer outros cursos e aumentar as chances de conquistar bons empregos”.



Embelezando a vida

O talento da gaúcha Eliete Barbosa, 32 anos, foi notado ainda durante as aulas do Pronatec BSM. Assim que terminou o curso de cabeleireiro, Eliete foi convidada para trabalhar num salão de beleza no centro de Porto Alegre. O empregador é Jeferson Gomes, seu ex-professor no Pronatec.

Gomes ofereceu emprego à aluna depois de perceber seu desempenho no decorrer das atividades. Mas Eliete pretende alçar novos voos. Fez também o curso de auxiliar administrativo e deseja abrir o próprio negócio: “Quero continuar me aprimorando”, anuncia. 🇧🇷



Marli e Graciano fornecem mandioca para mais de 20 estabelecimentos comerciais

Formalizar é um **bom negócio**

Em apenas um ano, a adesão dos microempreendedores do Bolsa Família mais do que triplicou em todo o País.

290 mil
beneficiários do
Bolsa Família
formalizaram-se como
microempreendedores
individuais até 2013

Agarrar cada oportunidade encontrada é uma das principais virtudes do público atendido pelo Plano Brasil Sem Miséria. Prova disso é que, dos 2,9 milhões de pessoas que formalizaram seus negócios aderindo ao Programa Microempreendedor Individual (MEI), 10% são beneficiários do Bolsa Família.

Nos estados do Norte e do Nordeste, o percentual de beneficiários do Bolsa Família entre os formalizados é ainda maior: 20%. Eles atuam principalmente nos ramos de vestuário e acessórios, tratamento de beleza e serviços de alvenaria, entre outros.

Em apenas um ano, a adesão dos microempreendedores do Bolsa Família mais do que triplicou em todo o País, passando de 81 mil em fevereiro de 2012 para 290 mil em fevereiro de 2013. ▶

Com a formalização de seus pequenos negócios, eles receberam um número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e agora podem emitir nota fiscal, comprar direto dos fornecedores e vender produtos e serviços, inclusive para o Governo.

Ao formalizar-se, o microempreendedor individual tem mais facilidade para abrir conta no banco e conseguir crédito (a seguir, informações sobre o microcrédito do Programa Crescer).

Outra vantagem é a adesão ao Simples Nacional, que isenta do pagamento de tributos federais (imposto de renda, PIS, Cofins, IPI e CSSL) e desburocratiza procedimentos. O microempreendedor individual passa

a ter cobertura previdenciária – incluindo licença-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria – pagando ao INSS cerca de 50% da contribuição tradicional.

Durante o primeiro ano, o microempreendedor individual tem direito a assessoria gratuita de escritórios de contabilidade cadastrados no Simples Nacional, além de orientação em gestão e negócios do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

“Em apenas um ano, o Sebrae já atendeu 45% dos microempreendedores individuais que recebem o Bolsa Família. Parte deles inclusive solicitou desligamento do Programa, após superar a renda limite graças ao

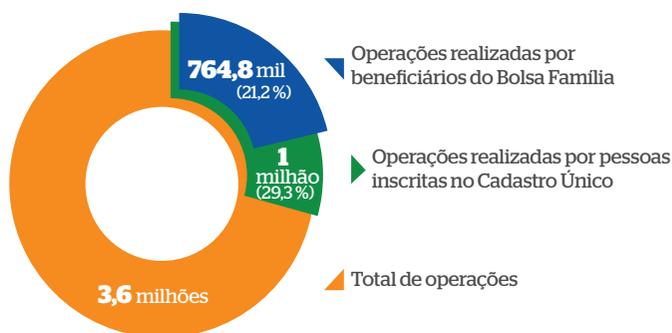
crescimento do negócio próprio”, destaca o presidente do Sebrae, Luiz Barretto.

Se for necessário, os microempreendedores podem contar com o retorno ao Bolsa Família. Essa rede de proteção social permite ao empreendedor alçar voos maiores, sem medo de arriscar a sobrevivência da família.

Mas uma pesquisa realizada pelo Sebrae em 2012 traz boas notícias, ao indicar que as chances de o negócio ir para frente são bastante grandes. De acordo com o estudo, 55% dos microempreendedores individuais que saíram da informalidade tiveram aumento de faturamento, e 70% pretendem crescer e mudar de porte, tornando-se microempresários.

Mais crédito, menos burocracia

Hora de crescer



Em agosto de 2011, o Programa Crescer foi lançado para oferecer microcrédito produtivo e orientado, a taxas reduzidas, para empreendedores de baixa renda.

O Crescer derrubou os juros de 60% para apenas 5% e a Taxa de Adesão ao Crédito (TAC) de 3% para 1%. No final de 2012, já acumulava 3,6 milhões de operações de crédito. Beneficiários do Bolsa Família respondiam por 21,2% delas, ou 764,8 mil operações.

O valor de cada empréstimo, que deve ser destinado a atividades produtivas e não ao consumo, pode chegar a R\$ 15 mil.

O acompanhamento é feito por um profissional capacitado para orientar o tomador de crédito quanto à melhor forma de utilização do dinheiro.

A desburocratização e a rapidez na concessão do crédito do Crescer são fundamentais para quem

tem pouco acesso ao sistema financeiro tradicional.

Entre as instituições públicas financeiras que participam do Crescer estão o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que concentra cerca de 90% das operações, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia (Basa).

“Todos os clientes recebem orientação empresarial, por meio do assessor de crédito. Eles são visitados no local em que desenvolvem suas atividades e orientados para a correta aplicação dos recursos, assim como para o fortalecimento da sua capacidade de gestão”, explica a gerente de Ambiente do BNB, Rosa Ribeiro. ▶



Sem medo de arriscar



Beneficiária do Programa Bolsa Família, Jurema Jesus Ávila nunca se acomodou. Fez curso de corte e costura e abriu ateliê na laje da casa do pai, no bairro de Cajazeiras, em Salvador, Bahia.

“Eu tive medo, mas pensei: vou arriscar, quero crescer e dar uma vida melhor ao meu filho”, lembra. Há dois anos, com a orientação do Sebrae, Jurema tornou-se microempreendedora individual.

Enquanto Jurema trabalha, Douglas, o filho de 9 anos, estuda pela manhã e frequenta o reforço escolar à tarde. Todos os dias, mãe e filho almoçam, jantam e fazem leituras juntos. Esta é mais uma vantagem de ser o próprio patrão.

O objetivo agora é trabalhar para garantir os estudos e um futuro melhor para Douglas, quebrando o círculo de pobreza que passa de geração para geração.

“Estou mudando a minha história e dando uma oportunidade melhor para o meu filho”, orgulha-se a microempreendedora.

Aumentando os investimentos

Marli Almeida e Graciano Fernandes são um exemplo na aldeia Te'yikue, localizada no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul. A história de sucesso dessa família guarani começou em 2006, quando a comunidade ganhou um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) indígena.

Com os conhecimentos adquiridos num grupo organizado pelo

Cras, a família, que antes plantava mandioca apenas para subsistência, ampliou a produção e passou a vender dentro e também fora da aldeia.

Há um ano, Marli tornou-se microempreendedora individual. O CNPJ abriu as portas para o casal fornecer mandioca a mais de 20 estabelecimentos comerciais da cidade, entre mercadinhos, lanchonetes e restaurantes.

Com a renda obtida, Marli e Graciano já investiram na compra de freezers. Quando a renda melhorou, Marli pediu desligamento do Bolsa Família, que durante muitos anos ajudou a sustentar seus sete filhos.

“A gente usava o benefício pra alimentar as crianças, mas agora não precisa mais”, conta, orgulhosa do que já conquistou e de olho no futuro. 🇧🇷

Depoimento

Clemente Ganz Lúcio, sociólogo, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Com o Brasil Sem Miséria, o pobre se torna sujeito de transformação do Brasil. O Plano desencadeia mudanças sociais que estão relacionadas ao papel desse sujeito na sociedade brasileira. Isso faz parte da concepção de uma política de Estado que está criando capacidade para que essas pessoas estruturem, a partir da sua inserção, demandas para que as políticas públicas ofereçam condições para que elas se constituam como sujeitos de direitos.





Bem alimentadas, **saudáveis e estimuladas**

Brasil Carinhoso contribui para o desenvolvimento pleno das crianças do Bolsa Família

Em 2012,
380 mil
crianças do
Bolsa Família
estavam na creche

É na primeira infância que se formam as bases para todo o desenvolvimento físico, intelectual e emocional do ser humano. Uma etapa de desafios para qualquer criança, ainda mais para as que vivem na pobreza.

Para melhorar o presente e o futuro desses brasileirinhos, foi criado em 2012 o Brasil Carinhoso. Nele, o Plano Brasil Sem Miséria observou o que havia de melhor em políticas públicas nas áreas da pobreza e da infância, numa perspectiva de atenção integral que envolve aspectos do desenvolvimento infantil ligados à educação, saúde e renda.

Na educação, o foco é ampliar o acesso à creche para as crianças mais pobres e a qualidade do serviço prestado.

O Brasil Carinhoso oferece incentivos financeiros aos municípios. A cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas, o Brasil Sem Miséria suplementa em 50% os recursos que o município já recebe do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A suplementação pode ser utilizada para custear alimentação e cuidados pessoais das crianças.

Em 2012, o Brasil Sem Miséria repassou R\$ 136,7 milhões desses recursos adicionais aos 2.744 municípios solicitantes, para reforçar o atendimento a mais de 380 mil crianças do Bolsa Família. Em 2013, a estimativa de investimento é de cerca de R\$ 450 milhões, para que 500 mil crianças cresçam bem alimentadas, saudáveis e estimuladas.



Alunos da Escola Flávio Portela Marcílio, no sertão do Ceará, colhem os frutos do turno integral

Mais tempo **para aprender**

Ampliação de jornada em escolas com maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família ajuda a reduzir desigualdades

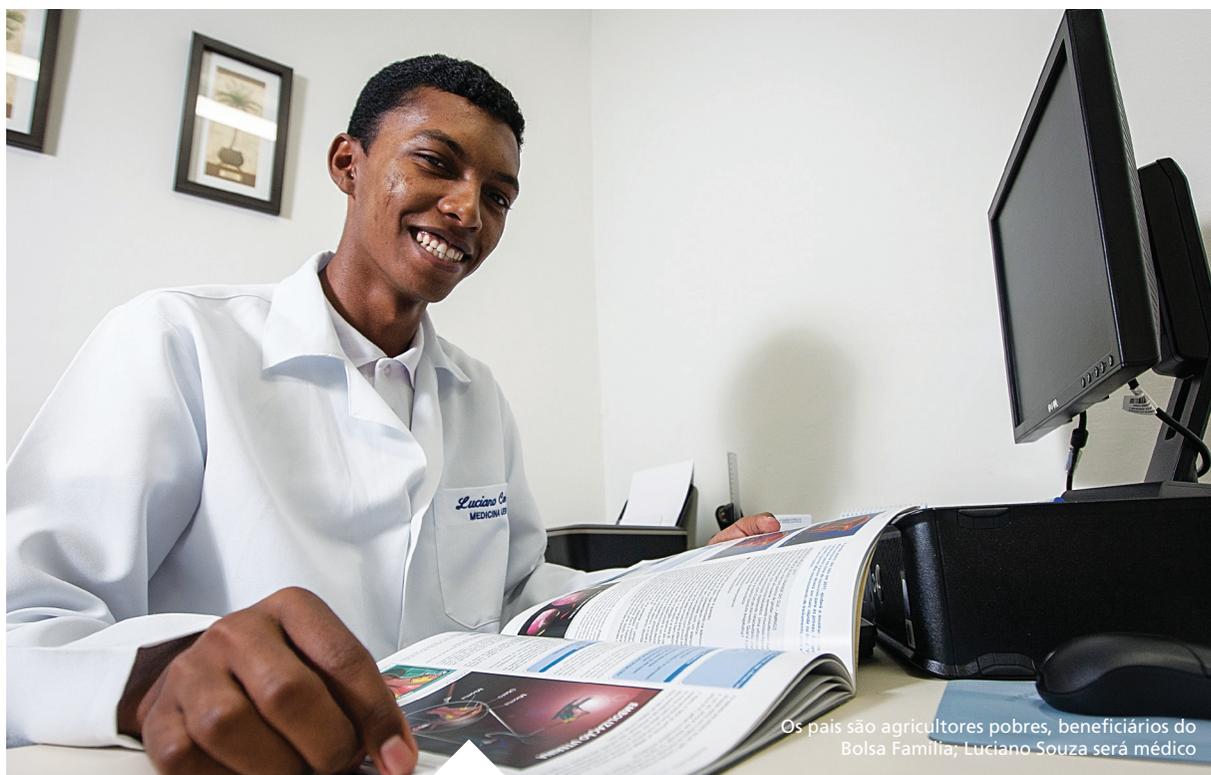
30 mil
escolas com
alunos pobres já
aderiram ao
ensino em
tempo integral

Educação é essencial para a quebra do ciclo de pobreza que passa de geração para geração. Ofertada em tempo integral, ela fortalece o aprendizado e ajuda a reduzir desigualdades. Por isso, o Plano Brasil Sem Miséria estimula a ampliação da jornada, que está chegando para quase 30 mil escolas com maior concentração de alunos beneficiários do Bolsa Família.

Sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), o Programa Mais Educação amplia a jornada escolar para, no mínimo, sete horas diárias, inserindo atividades de orientação de estudos, leitura e acompanhamento pedagógico – que são obrigatórias – além de esporte e lazer, comunicação, cultura, artes, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia solidária e criativa, entre outras.

Com o Brasil Sem Miséria, o Mais Educação chega às crianças mais pobres, que contam com menos estrutura material e apoio familiar para a fazer lição de casa e trabalhos em grupo, por exemplo.

Em 2011, as escolas com maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família representavam 35% do universo do Mais Educação. Em 2013, elas já são 66%. Graças à parceria entre o MEC e o Ministério do



Os pais são agricultores pobres, beneficiários do Bolsa Família; Luciano Souza será médico

Filhos do **Bolsa Família**

Com desempenho escolar cada vez melhor, eles estão chegando à universidade

Graças ao Programa, eles têm oportunidades que seus pais e avós não tiveram

Se a forma mais definitiva de superar a pobreza é a educação, os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família estão no caminho certo. Combinando o alívio da pobreza proporcionado pela transferência de renda à frequência escolar requerida para permanecer no Programa, esses meninos e meninas estão tendo desempenho escolar equiparado ou até mesmo acima da média nacional.

A expectativa inicial era garantir a presença das crianças na escola e reduzir a evasão. Mas os resultados foram muito além.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, em 2011 a taxa geral de aprovação dos alunos do ensino médio foi de 75%, mas entre os estudantes do Bolsa Família ela chegou a 80%. Nas regiões Norte e Nordeste, as taxas de aprovação dos beneficiários do Programa foram ainda maiores, de 84% e 82%, respectivamente.

No ensino fundamental, os estudantes do Bolsa tiveram taxa de aprovação muito próxima da média nacional, e acima da média no Norte e no Nordeste. ▶

A renda proporcionada pelo Bolsa Família – como complemento à renda do trabalho, que tende a ser muito instável entre as famílias mais pobres – tem impacto relevante sobre a vida escolar dessas crianças e adolescentes. E o Programa também contribui por meio da condicionalidade de educação. Para cumpri-la, os beneficiários precisam ter frequência escolar mínima de 85% no ensino fundamental, enquanto dos demais estudantes exige-se 75%.

Uma pesquisa sobre os efeitos educacionais do Bolsa Família, concluída em 2012 na Universidade de Sussex, na Inglaterra, confirma que o tempo de permanência

no Programa, associado ao valor *per capita* do benefício pago às famílias, concorre para a melhoria dos resultados escolares.

Segundo o estudo, intitulado *A contribuição do Bolsa Família para o sucesso educacional de crianças economicamente desfavorecidas no Brasil*, o Programa atenua os efeitos adversos que a pobreza tem sobre a educação e cria oportunidades reais de permanência na escola e melhoria de resultados escolares.

Os efeitos positivos do Bolsa Família sobre o desempenho escolar estão ocorrendo num período em que políticas do Ministério

da Educação vêm melhorando gradativamente a qualidade do ensino no Brasil. Adotadas pelas redes estaduais e municipais, essas iniciativas incluem o estímulo à escola em tempo integral com o Programa Mais Educação e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

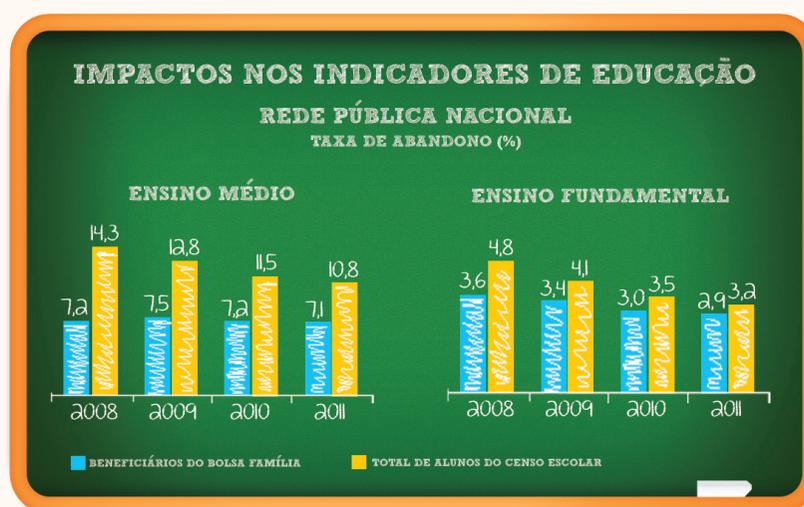
Tudo isso está levando os estudantes mais pobres do Brasil a romper o ciclo de pobreza que passa de geração para geração. Agora eles têm oportunidades que seus pais e avós não tiveram – inclusive a de entrar na faculdade. A seguir, histórias de beneficiários do Bolsa Família que chegaram lá. ▶

Menor evasão escolar

A taxa de abandono dos estudantes do Bolsa Família no ensino médio, de 7%, é um terço menor que os 11% da média nacional.

No Norte e no Nordeste, a evasão dos alunos do Bolsa Família chega a ser 50% menor que a média regional.

Para o ensino fundamental, a taxa de abandono escolar dos beneficiários do Programa também é inferior à média em todo o País.



Depoimento

Maria da Conceição Tavares, economista, professora titular da Unicamp

Do ponto de vista social, o Brasil Sem Miséria é a mais ampla política de inclusão e, portanto, permite o acesso à democracia real para dezenas de milhões de brasileiros. Do ponto de vista estritamente econômico, trata-se de uma considerável ampliação das bases do mercado interno de consumo de massa, estimulando o crescimento sem deixar de lado a inclusão social.



Alef Lima cuidava dos irmãos para a mãe trabalhar como cozinheira; hoje estuda ciências sociais, para ser pesquisador

Determinação para seguir em frente

Aos 19 anos, Alef Lima cursa o segundo ano de ciências sociais na Universidade Federal do Ceará. Filho da cozinheira Rafaela Silva de Oliveira, beneficiária do Bolsa Família, Alef passou boa parte de sua vida ajudando a cuidar da casa e dos três irmãos mais novos, pois a mãe trabalhava à noite. Em vez de desanimá-lo, as dificuldades

deram-lhe mais determinação. “Sempre pensei em seguir em frente”, afirma.

Após a conclusão do curso, Alef pretende combinar as atividades de professor e pesquisador, para ensinar e aprender cada vez mais sobre como a valorização do ser humano e a cidadania podem mudar uma vida, um país, o mundo.

No futuro eles serão médicos, engenheiros, arquitetos, professores, nutricionistas, cientistas sociais...

De agricultor a médico

O trabalho na roça, cultivando quiabo, pimenta e maxixe, foi substituído pelas aulas de medicina na Universidade Estadual do Piauí. A rotina de Luciano Carlos da Silva Souza envolvia trabalho na lavoura pela manhã, atividades escolares durante a tarde e estudo à noite em escola pública.

“Difícil foi, mas sempre acreditei que seria possível”, afirma Luciano, que aos 22 anos cursa o terceiro ano de medicina. Os pais, Antonio Carlos da Silva Souza e Ivanir Luiza da Silva, agricultores familiares em Valença, a 210 quilômetros de Teresina, no Piauí, sequer terminaram o ensino fundamental. Eles sempre se preocuparam com os

estudos das crianças e investiram o Bolsa Família em alimentação, roupa, livros e cadernos.

Por causa dos estudos, Luciano hoje vive em Teresina. Mas após a residência médica e a especialização, pretende retornar para trabalhar na região onde nasceu. E cuidar da saúde dos conterrâneos.

É possível crescer incluindo

Tiago Falcão

Secretário Extraordinário para
Superação da Extrema Pobreza

Por muito tempo houve certa resignação da classe política e da sociedade quanto à miséria. Ela era vista como uma coisa natural, contra a qual não havia o que fazer. De onde vem essa decisão de trabalhar por um Brasil Sem Miséria?

Vem da experiência recente no País, que mostra que é possível crescer incluindo. É a inclusão dessa parte da população que tradicionalmente ficou de fora dos processos de crescimento do País que gera a dinâmica necessária a um crescimento permanente e de qualidade, como o que vimos nos últimos 10 anos.

A experiência mostra que isso é possível, mas não é um processo natural. Decorre de uma decisão política, da determinação de não dar as costas aos mais pobres. Essa decisão teve que se refletir no conjunto das políticas do Estado, que não conseguiam mudar a lógica da exclusão.

O Estado precisou quebrar essa barreira, desenvolvendo mecanismos que dessem conta do novo modelo de desenvolvimento. E esses mecanismos avançaram tanto, diga-se, por conta da firmeza da decisão política. Uma das inovações foi o Programa Bolsa Família, que nos permitiu afirmar que era possível, sim,

com o esforço adicional do Estado e da sociedade, superar a extrema pobreza.

Como se explica o desenho do Plano Brasil Sem Miséria?

Com base em estudos e pesquisas e também na prática, combinamos o diagnóstico da pobreza com uma série de programas bem-sucedidos já implantados. Entre eles, o Bolsa Família se destaca por atender uma quantidade muito grande de pessoas, e pelas ferramentas desenvolvidas para isso, como o Cadastro Único para Programas Sociais. Ele permitiu desenhar um Plano complexo, que lida com a pobreza extrema em suas múltiplas dimensões, atuando em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva.

O uso de tecnologias já consolidadas nos possibilitou introduzir uma série de novidades, como a Ação Brasil Carinhoso, o Programa Bolsa Verde e o Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Lembrando sempre que não adianta apenas que as iniciativas tenham um bom desenho. Elas precisam ter escala e impacto na redução da pobreza, além de estrutura que permita agilidade na execução.

Para que tudo isso chegasse a quem mais precisa, foi necessária uma mudança de postura do Estado. Daí a estratégia que chamamos de busca ativa, baseada na convicção de que não cabe ao pobre correr atrás do Estado. É o Estado que deve buscar essas pessoas e incluí-las em todas as ações que possibilitem que elas superem a pobreza extrema.

E como se chegou à linha de extrema pobreza de R\$ 70 estabelecida no Brasil Sem Miséria?

Um plano ambicioso como o Brasil Sem Miséria tem que ter uma meta, caso contrário seria um esforço de enormes proporções em torno de algo que não poderia ser medido e acompanhado pela sociedade. Temos clareza de que o fenômeno é multidimensional, mas entendemos também que ele pode ser caracterizado com foco, simplicidade e transparência, a partir de uma linha monetária.

O Governo optou pela linha que já era objeto de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio propostos pela ONU—US\$ 1,25 por dia, que no momento do compromisso, em 2010, representavam em torno de R\$ 70 por mês. Essa linha tem a vantagem de casar com

que nenhum brasileiro viva. Com as políticas do Brasil Sem Miséria essas pessoas estão vivendo melhor, com mais saúde, educação, e com oportunidades para serem incluídas na economia do País.

Temos hoje o envolvimento maciço do Governo Federal e de todos os ministérios. Todos os governos estaduais se comprometeram com o Plano e vários lançaram estratégias próprias, espelhos do Brasil Sem Miséria. E os novos prefeitos têm colocado a superação da extrema pobreza no topo das suas metas. A sociedade civil e o empresariado também estão engajados. Temos hoje um envolvimento muito maior de todos, tornando a superação da pobreza uma agenda prioritária no País.

Outra mudança importante é a superação de preconceitos, como o de que as pessoas são pobres porque não trabalham. O Brasil Sem Miséria mostrou que essas pessoas não só trabalham como aproveitam as oportunidades para melhorar de vida. Veja o Pronatec, por exemplo. Ninguém imaginava tantos adultos pobres e de baixa escolaridade dispostos a voltar para a sala de aula. Percebemos isso também no nível de formalização de microempreendedores individuais de baixa renda e no empenho de agricultores pobres em melhorar sua produção com o apoio dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Esses resultados estão ajudando a mudar mentalidades com relação ao potencial e à força de vontade da população pobre.

E não podemos esquecer os expressivos resultados educacionais. Com as condicionalidades do

Bolsa Família e os avanços na educação, os índices de frequência, evasão, desempenho e progressão das crianças e adolescentes mais pobres do Brasil estão se igualando à média nacional. A taxa de abandono já é menor que a média nacional. Em algumas regiões as taxas de aprovação da meninada do Bolsa Família são melhores que a média nacional. No nível médio, os alunos do Bolsa têm aprovação maior que a média em todo o Brasil. Essa é a mudança decisiva, porque todo mundo sabe que educar é a forma mais definitiva de superar a pobreza.

Quais os próximos desafios do Brasil Sem Miséria?

Temos três grandes desafios pela frente. Um é o da busca ativa, porque quanto mais famílias encontramos, mais difícil fica chegar às que ainda estão fora do Cadastro Único. Muitas moram em locais com pouco acesso a serviços públicos e não têm nem o conhecimento nem os meios para fazer valer seus direitos. Encontrá-las exige novas formas de atuação: mutirões, novos equipamentos, uso das lanchas que começamos a entregar aos municípios, mais equipes volantes e mais atores envolvidos. O segundo desafio é aperfeiçoar as estratégias que estão dando resultado.

O sucesso do Pronatec vem atraindo uma quantidade enorme de alunos. É preciso dar a essas pessoas mais chances de disputar vagas em igualdade de condições. Precisamos aperfeiçoar os canais para detectar os potenciais empregadores e as competências requeridas para cada vaga, e cruzar essa informação com a dos trabalhadores

qualificados, por meio de um mecanismo efetivo de intermediação de mão de obra.

E o terceiro desafio é rever o atendimento à população mais pobre. Além de dar acesso a uma ampla quantidade de serviços, é preciso que eles sejam ofertados com a qualidade, o cuidado e a atenção que esse público requer. Para isso, temos que ampliar a capacitação dos servidores e aperfeiçoar as estruturas de atendimento, incorporando a demanda dessas pessoas da maneira mais qualificada possível.

Quem mais se beneficia com o Plano Brasil Sem Miséria?

Os aspectos positivos para os beneficiários diretos são óbvios. Hoje eles têm acesso a serviços e benefícios que antes não tinham. Mas os impactos do Brasil Sem Miséria vão muito além do seu público-alvo. Estamos diante de um novo projeto de nação.

O Plano tem forte impacto econômico porque incorpora uma parcela da população que agora passa a consumir, gerando um novo dinamismo. Não podemos prescindir da participação dos mais pobres. Tudo isso é bom para o comércio, a indústria, os transportes, para toda a economia.

Mas o melhor é que o Brasil não aceita mais que nenhum dos seus cidadãos viva na extrema pobreza, e construiu uma política pública para garantir isso. O impacto social desse avanço rumo a uma sociedade mais justa leva o Brasil a outro patamar civilizatório. É o principal legado que o Plano Brasil Sem Miséria pode deixar para o País. 🇧🇷



Maria Luzia e os filhos foram localizados em Belo Horizonte; com inscrição no Cadastro Único, vida começa a melhorar.

O desafio da **busca ativa**

Localizar famílias antes “invisíveis” abre as portas para sua participação em vários programas sociais

887 mil
famílias
extremamente
pobres foram
localizadas até
abril de 2013

Com o Plano Brasil Sem Miséria, o poder público vai aonde a pobreza está para atender à suas necessidades. Em vez de esperar que os brasileiros mais pobres batam à sua porta, o Estado vai em busca deles com a estratégia de busca ativa.

Desde seu lançamento, em junho de 2011, o Brasil Sem Miséria já localizou e incluiu no Cadastro Único para Programas Sociais, por meio da busca ativa, 887 mil famílias extremamente pobres. Antes, essas famílias eram invisíveis para o poder público, que agora sabe quem são, onde vivem, qual a faixa etária e o nível de escolaridade de cada integrante, entre outras informações.

Assim, elas podem ser incluídas no Bolsa Família, têm a oportunidade de participar de cursos de qualificação profissional do Pronatec ou de serem atendidas pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), tornam-se prioritárias para programas como Água para Todos, podem usufruir da Tarifa Social de Energia Elétrica e ter acesso a vários outros programas que usam o Cadastro Único para a seleção de beneficiários. ▶

O desafio é cadastrar mais

600 mil famílias até 2014

Para encontrar esses brasileiros, as prefeituras realizam parcerias com outros órgãos governamentais e não governamentais, além de mutirões e campanhas. Cada realidade pede uma abordagem diferente. Em muitos casos, é necessária a articulação entre diversas políticas, com ações conjuntas de várias áreas, como assistência social, saúde, educação e meio ambiente.

Nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, as áreas limítrofes e as ocupações irregulares representam um grande desafio. Em São Paulo, 11 municípios

da região metropolitana firmaram parceria com a companhia de distribuição de energia elétrica AES Eletropaulo para colaborar na localização e identificação de quem ainda não está no Cadastro. O objetivo é aproveitar a capilaridade dos serviços prestados pela companhia para chegar às localidades mais pobres. Em Salvador, a prefeitura colocou em circulação quatro veículos batizados de “Bolsa Família Móveis” para chegar às áreas mais vulneráveis e localizar famílias extremamente pobres que ainda não estão inscritas no Cadastro Único.

Para chegar a populações isoladas, povos e comunidades tradicionais, o esforço é de outra natureza. Um exemplo são os mutirões organizados pelo Bolsa Verde em municípios do Pará. Para alcançar

a meta de incluir cerca de 35 mil famílias de regiões afastadas no Cadastro Único e nos programas Bolsa Família e Bolsa Verde, entraram em ação o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e as secretarias estadual e municipais de assistência social.

Hoje, estima-se que 600 mil famílias extremamente pobres de todo o País ainda estejam fora do Cadastro Único e, portanto, do ciclo inclusivo do Brasil Sem Miséria. O compromisso da estratégia de busca ativa é localizar esses últimos brasileiros ainda não atendidos pelos programas sociais, para garantir direitos e oferecer oportunidades a quem mais precisa.

Lanchas para chegar aonde a pobreza está



Para chegar às famílias que vivem em localidades remotas e de difícil acesso, o Brasil Sem Miséria criou as equipes volantes da assistência social. Trata-se

de equipes adicionais, ligadas aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), com a missão de atender comunidades que necessitam desses centros,

mas não possuem infraestrutura ou porte para a instalação de uma unidade permanente. Já são 1.205 equipes volantes, em 1.038 municípios.

Além de novas equipes, o desafio da inclusão de todos exigiu novas formas de deslocamento. Com o objetivo de ampliar a mobilidade das equipes volantes na região Amazônica e no Pantanal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquiriu 100 “lanchas sociais”.

As primeiras dez embarcações foram entregues em maio de 2013 e as outras 90 estarão navegando até o final do ano. Cada lancha tem capacidade para transportar até 12 pessoas. ▶



María Aparecida da Silva, as filhas e os netos: a um passo da inclusão no Cadastro Único

O começo de uma vida melhor

Grande parte dos brasileiros e brasileiras invisíveis está nas periferias das capitais e grandes cidades. É o caso da família de Maria Aparecida da Silva, 53 anos, catadora de materiais recicláveis. Localizada pela equipe de busca ativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Maria Aparecida vive com o marido, quatro filhas e oito netos debaixo de um viaduto do anel rodoviário da BR 262. A filha Maria Luzia da Silva Pereira é a única da família que tem documento de

identificação. Os papéis dos outros familiares foram perdidos num incêndio no local, em 2012.

Até recentemente, a família vivia apenas com a renda obtida pela venda de recicláveis: cerca de R\$ 350 reais mensais. O reforço veio com os R\$ 166 reais que Maria Luzia, 17 anos, dois filhos, passou a receber do Bolsa Família. E veio em boa hora, segundo a mãe, Maria Aparecida: “Eu sempre ajudei minha filha e ela, com

o Bolsa Família, agora ajuda a gente a sobreviver”.

Com o apoio da rede socioassistencial de Belo Horizonte – que entrou em contato com a prefeitura de Santa Rita (Paraíba), de onde a família é oriunda –, as cópias dos documentos perdidos acabaram de chegar. Em breve toda a família terá as informações dos documentos inseridas no Cadastro Único e poderá receber a transferência de renda e garantir o acesso aos demais programas que usam o Cadastro como instrumento de seleção de beneficiários.

Mas a vida já começou a melhorar, graças ao benefício recebido pela filha Maria Luzia. O cartão do Bolsa Família ainda nem ficou pronto, mas ela pôde realizar os dois primeiros saques, em junho de 2013, com o RG que sobreviveu ao incêndio e o comprovante de inscrição no Cadastro Único. “Deu para comprar umas coisinhas para as crianças e ajudar minha mãe. Mas eu quero mesmo é comprar material para poder morar melhor com meus filhos”, conta a moça, que já começou a juntar dinheiro para a aquisição de tijolos. 🏠

Depoimento

Emir Sader, cientista social, diretor do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A marca histórica do Brasil sempre foi a desigualdade, com os seus correlatos evidentes - a miséria e a pobreza. A legitimidade dos governos desses últimos 10 anos se assenta, antes de mais nada, na efetividade das políticas sociais para o combate a essas chagas. Depois de o Brasil ter, pela primeira vez, reduzido drasticamente a desigualdade, o governo se lança ao desafio do Brasil Sem Miséria. Seus avanços demonstram que aquilo que parecia impossível - ainda mais para os que acreditavam que no Brasil existiam milhões de “inempregáveis” - vai se concretizando, e vira uma página da nossa história.



Produtoras de biscoito de castanha, elas ganham conservando a natureza

Geração de renda e conservação do meio ambiente

Benefício remunera famílias pobres que desenvolvem atividades econômicas sustentáveis

Manter o meio ambiente saudável e apoiar as famílias pobres que contribuem para conservá-lo. Esta é a principal inovação trazida pelo Bolsa Verde, iniciativa do Plano Brasil Sem Miséria, que promove articulação inédita entre conservação ambiental, transferência de renda e inclusão produtiva.

“Todas as atividades são desenvolvidas a partir da convivência harmoniosa entre a população e o meio ambiente, permitindo às famílias viver com dignidade, gerando renda e conservando os recursos naturais”, explica o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

O Bolsa Verde remunera as famílias que desenvolvem atividades econômicas sustentáveis em áreas de conservação ambiental, pagando o benefício de R\$ 300 a cada três meses, por meio do cartão do Bolsa Família.

Lançado em 2011, o Programa já beneficia 39 mil famílias extrativistas, ribeirinhas, indígenas e

quilombolas. A meta é chegar a 73 mil até 2014. Além das práticas sustentáveis tradicionalmente usadas pelas famílias, outras são repassadas por agentes de assistência técnica.

“O Bolsa Verde integra uma visão ampla, que considera a presença das populações condição fundamental para a conservação do meio ambiente”, afirma o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin.

Presente em cinco biomas, sobretudo na Amazônia, o Programa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem participação dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além da Casa Civil da Presidência da República. A operacionalização é feita pelo ICMBio, Incra e Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Para chegar aos moradores de regiões mais afastadas, o Bolsa

Verde utiliza ações específicas, como os mutirões de busca ativa planejados para o período de julho a agosto de 2013 em 28 municípios do Pará. A meta é incluir cerca de 35 mil famílias nos programas Bolsa Família e Bolsa Verde.

Além de assinar o termo de adesão ao Bolsa Verde, as famílias localizadas são inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e consideradas aptas à tomada de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A vez das mulheres

Um dos objetivos do Bolsa Verde é fortalecer o papel da mulher. Mãe de seis filhos, Andreлина Almeida Barros faz parte da Associação de Mulheres do Alto Cajari (Amac), do município de Laranjal do Jari (Amapá), que produz biscoitos e derivados de castanha-do-brasil. Beneficiária do Bolsa Família desde 2006 e do Bolsa Verde desde junho de 2012.

Com o Bolsa Verde e a compra da produção pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a vida mudou para todas.

“Antes, a gente esperava pelo marido. Hoje, as donas de casa trabalham e têm seus próprios recursos”, conta.

As castanhas são recolhidas nas áreas onde vivem as associadas. Os maridos fazem a coleta, que vai de dezembro a maio. “Não derrubamos castanheira nem botamos fogo no castanhal. Ganhamos conservando a natureza”, comemora Andreлина.



Com acesso à água, famílias como a de Antonia das Graças e Luiz Oliveira reconquistam direito de trabalhar na própria terra natal

Plantar, colher, viver

Rede de cisternas ameniza efeitos da seca e melhora convivência com o semiárido

A cada dia, o Programa Água para Todos transforma o cenário do semiárido e a vida de quem atravessa longos períodos de estiagem. Somente no mês de junho de 2013, foram entregues nada menos que 19.020 novas cisternas, o equivalente a 634 por dia.

336 mil
cisternas entregues
em dois anos (até
junho de 2013), com
capacidade total de
armazenamento
de 5,3 bilhões
de litros

Em apenas dois anos o Programa, que faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, entregou 336 mil cisternas para o armazenamento de água destinada ao consumo humano. Cada uma tem capacidade para 16 mil litros, o suficiente para suprir por oito meses as necessidades de uma família de cinco pessoas.

Quando a chuva demora a chegar, as cisternas se transformam em equipamento comunitário para armazenar a água trazida pelo caminhão-pipa em ações emergenciais.

O Água para Todos é executado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração Nacional, da Saúde e do Meio Ambiente, além do Banco do Nordeste, da Fundação Banco do Brasil, da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Programa é estratégico no combate à pobreza, na segurança alimentar e nutricional e na inclusão produtiva, contribuindo para promover a autonomia de quem vive no semiárido. Seu impacto tornou-se ainda mais evidente neste ano de 2013, quando a região enfrentou a maior seca dos últimos 50 anos.



Semeando um **país mais rico**

Estratégia inova ao combinar a oferta de assistência técnica com recursos para investir na produção

Com dinheiro na mão e auxílio de técnicos especializados, as famílias melhoram produção e renda, viabilizando permanência no campo

Em apenas dois anos, o Brasil Sem Miséria contratou serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para beneficiar 260 mil famílias. Essas famílias são orientadas por agentes capacitados a ajudá-las a melhorar suas atividades produtivas. O objetivo é atender extrativistas, quilombolas, indígenas e agricultores familiares.

O agente de Ater faz, com a família, um diagnóstico sobre as condições da produção. Com base nesse diagnóstico, elabora-se um projeto para organizar a produção, e o agente de Ater acompanha sua implementação.

Aperfeiçoando o trabalho nas unidades familiares, a assistência técnica ajuda a aumentar a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, aumentando sua renda e qualidade de vida.

Mas a estratégia do Brasil Sem Miséria para a inclusão produtiva no campo não para por aí. Do total de famílias atendidas com Ater, cerca de 30 mil já receberam recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, lançado em 2012. São R\$ 2,4 mil por família,

Jim Yong Kim, presidente do Banco Mundial:

As lições do Brasil

O Banco Mundial estabeleceu recentemente duas metas para orientar seu trabalho e ajudar a aglutinar esforços na área do desenvolvimento: acabar com a pobreza extrema até 2030 e promover a prosperidade para os 40% que compõem a base da pirâmide populacional nos países em desenvolvimento. Essas metas, endossadas pelo Conselho de Governadores do Banco Mundial em abril, são compartilhadas pela maioria dos países de baixa e média renda. No entanto, poucos têm obtido tanto êxito quanto o Brasil no caminho para atingi-las: ao longo da última década, a pobreza extrema caiu pela metade e, contrariando a tendência internacional, o país alcançou notável redução da desigualdade.

Muitos fatores contribuíram para esse progresso. O compromisso do Governo com a redução da pobreza, refletido em políticas sociais inovadoras, como as transferências condicionadas de renda do Programa Bolsa Família, sem dúvida desempenhou um papel fundamental. Mais recentemente, o Plano Brasil Sem Miséria criou uma plataforma para abordar as dimensões múltiplas e inter-relacionadas da pobreza.

Programas comprometidos e bem-sucedidos são importantes, mas não suficientes. Os resultados dependem da capacidade e dos mecanismos institucionais para a implantação efetiva dos programas de governo. Talvez seja nessa área que a experiência

do Brasil é mais impressionante.

Em apenas alguns anos, o País conseguiu consolidar e ampliar os programas de transferência existentes para estabelecer um Cadastro Único de beneficiários e um sistema de pagamento que garantem a transferência regular de benefícios a mais de 13 milhões de famílias. Os esforços coordenados dos governos federal, estadual e municipal ajudam a fortalecer esses sistemas. Hoje, o Cadastro Único fornece a base para um foco efetivo das transferências de renda e de outros programas sociais.

Nos últimos dois anos, o Brasil também fez progressos significativos na implantação de outros elementos do Brasil Sem Miséria, como os programas de formação técnica e profissional e a entrega de cisternas para melhorar o acesso à água no Nordeste.

Não é surpresa que os programas inovadores e a experiência exitosa do Brasil tenham despertado enorme interesse internacional. O Bolsa Família e outros programas de transferência condicionada de primeira geração têm inspirado abordagens semelhantes em outros países. Atualmente, há programas de transferência de renda condicionada em 21 países da América Latina e Caribe, além de numerosos exemplos em outras partes do mundo. A experiência brasileira oferece lições valiosas sobre como os governos podem implantar efetivamente programas de assistência social.

O Banco Mundial se orgulha da parceria com o Brasil em seus esforços para implantar, avaliar e fortalecer o Bolsa Família na última década e, mais recentemente, na tentativa de transformar as metas ambiciosas do Brasil Sem Miséria em realidade. Esses esforços não só estão alinhados com a missão e os objetivos do Banco Mundial, mas também proporcionam oportunidades de aprendizagem que podem apoiar iniciativas para reduzir a pobreza em outros países.

Recentemente estabelecemos a *Iniciativa Brasil de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza*, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do PNUD.

A iniciativa vai apoiar a aprendizagem e a divulgação sistemática da experiência brasileira com o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, além de facilitar a troca de conhecimentos entre os países que estão lidando com alguns dos desafios da política social de segunda geração, que o Brasil enfrenta atualmente.

Por meio dessa parceria, esperamos continuar nossa contribuição para o desenvolvimento e a implantação da política social no País, ajudando a compartilhar com o resto do mundo as lições aprendidas com a experiência brasileira em redução da pobreza. 🇧🇷